

De Washington a Rui

Barbosa Lima Sobrinho *

Vale a pena recordar que, no pleito presidencial de 1988, o sr. Fernando Collor de Mello ganhou o primeiro turno com 20.445 milhões de votos, ou 24% de um eleitorado de 82 milhões de eleitores. Já no segundo turno obteve 35 milhões de votos, acrescentando à sua votação própria os votos dos que não aceitavam o candidato do Partido dos Trabalhadores, o que daria, ao vitorioso, uma percentagem de 42% sobre o eleitorado total, de 82 milhões de votantes, somando votos de preferência e votos de exclusão de seu competidor.

De qualquer forma, uma excelente votação, que proporcionaria base sólida para um governo popular. Mas o que se tem visto é a adoção de uma política de hostilidade a numerosas correntes da população brasileira, como se houvesse o propósito de desfazer, ou reduzir, aqueles 35 milhões de votos do pleito presidencial. Entre o combate à inflação e os interesses do povo, a equipe econômica não admite hesitação, no melhor estilo da escola monetarista, não obstante advertências de um economista com a experiência e a cultura do sr. Inácio Rangel. Reconheço que há, decerto, opções difíceis, como aquelas em que se detinha o asno de Buridan, em que as soluções radicais poderiam levar à morte. Por isso mesmo se recomenda terapêutica equilibrada, que não esqueça a presença dos efeitos colaterais da medicação adotada, para não confundir cientistas e curandeiros, e não adotar cancerígenos para casos menores de indisposição gástrica. Não seria caso de lutar para aumentar ou conservar dia a dia, aqueles 35 milhões de votos do segundo turno eleitoral?

Quando a verdade é que, desde as primeiras medidas, tudo parecia um desafio ao apoio popular. Como aquele bloqueio das contas de poupança, ou dos saldos das contas correntes, sem ter preparado algum instrumento, para atender a casos especiais, que poderiam surgir como manifestações não apenas de justiça, como até mesmo de perversidade ou de total insensibilidade, que não poderia ser resolvido, ou atenuado, com o riso fácil da sra. Zélia Cardoso de Mello. Como o caso dos que guardavam mais de cinqüenta mil cruzeiros para reforçar ordenados insuficientes, ou para atender aos imprevistos de doenças graves, que remediassem a insuficiência da assistência pública. Ou dos que vinham juntando, a duras penas, o dinheiro para a compra de uma casa própria, com que fugir a aluguéis acima de seu orçamento familiar.

Não me parece que as injustiças possam concorrer para a popularidade de qualquer governo, mesmo quando acabe de vencer o pleito com 35 milhões de votos. Tanto mais que, no bloqueio adotado, e que não deixou de tomar ares de confiscos, num país em que as promessas governamentais não convencem a ninguém, admitia-se a liberalização das quantias bloqueadas para pagar impostos, ou para adquirir mansões em Brasília. O que não podia deixar de despertar sentimentos de profunda revolta em quem não tinha impostos a pagar, nem condições para a aquisição das custosas ou principescas mansões de Brasília. Como se bastasse as intenções para corrigir injustiças.

Em suma, um conjunto de fatores que conspiravam contra os 35 milhões de votos do segundo turno. Tanto mais quando a inflação não estava debelada, e o custo de vida continuava a afligir as famílias brasileiras, tomado até mesmo o sentido de tragédias para as categorias de baixo rendimento. Já se pensou no drama da dona-de-casa, que não sabia como convencer o esposo de que a soma que lhe era proporcionada não havia chegado para as compras necessárias, quando a publicidade oficial não se cansava de descrever panoramas paradisia-

cos? Quando, no recinto familiar, se criava a dúvida, em quem acreditar, no governo ou na dona-de-casa? Ah! Se a senhora Zélia pudesse escutar os comentários dos supermercados ou das feiras livres! Se ela pudesse vencer a surdez dos governantes! Tanto mais quando as afirmações da superministra eram sempre para o futuro, e um futuro que não chegava nunca. Como se de Ministra da Fazenda se houvesse transformado numa fabricante de esperanças.

Não sei, confesso, de quem partiu a idéia da demissão de um terço do funcionalismo público. Há quem acredite que a responsabilidade é de técnicos do Banco Mundial. Há mesmo quem mencione o sr. Kissinger, no exercício de uma assessoria do capitalismo internacional. Tudo indica que a idéia veio de fora, como tantas outras que estão sendo aplicadas. Porque deve ter surgido em alguém que ignorava as medidas brasileiras de proteção ao funcionalismo público. Ou até mesmo a segurança do direito adquirido. Alguém que não leu o Código Civil, nem mesmo a Constituição de 1988. Porque se a idéia era reduzir as despesas do orçamento, que se lucrou, quando o funcionário posto em disponibilidade ganha o mesmo que estava ganhando no exercício de seu cargo? Como se vê, uma idéia que não ocorreria nem mesmo a Calino, que tem corpo fechado a sentimentos de perversidade, ou a manifestações sádicas. Mas que estão longe de acrescentarem votos aos 35 milhões do pleito presidencial. Como se o programa adotado fosse exatamente o contrário do que prevaleceu na campanha do candidato. Embora o Brasil já esteja, há muito, acostumado com programas feitos especialmente, não para governar, mas tão-somente para conquistar votos.

E ai está o resultado de tudo isso. O Brasil em recessão, com uma redução de 4,6% no seu Produto Interno Bruto, com mais de um milhão de desempregados só em S. Paulo, com uma queda vertiginosa de sua moeda nacional, como acredito que nunca houve, mesmo no período da inflação indexada. Quando se imagina que se comprava o dólar, há um ano, com 80 cruzeiros, e hoje não bastam 250 cruzeiros no dólar comercial, pois que o dólar, no paralelo, corre com uma velocidade de quem disputa recordes nas Olimpíadas, nem se chega a entender nada, quando a lógica nos levaria a admitir, não depreciação, mas valorização da moeda, em face dos saldos em nossa balança comercial.

Será que apenas estamos seguindo planos que chegam de fora, para tornar o Brasil viável, não como nação independente, mas viável à conquista estrangeira, com os cruzeiros despencando no abismo, e o dólar subindo dia a dia?

Vamos, então, pedir conselhos a Washington e a Rui Barbosa. Para ouvir de Washington, na sua *Farewell Address*, que "it is folly in one nation to look for disinterested favors from another". Uma inscrição que deveria figurar em todos os palácios presidenciais. E para que se não diga que, até para uma palavra de advertência, precisamos recorrer ao estrangeiro, invoquemos o nosso Rui Barbosa que, na sua *Oração aos Moços*, lida na Academia de Direito do Largo de São Francisco, em S. Paulo, já nos prevenia: "Não busquemos o caminho de volta à situação colonial. Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas". "O Brasil, dizia ele, é a mais cobiçável das presas, e oferecido, como está, incauto, ingênuo, inerme, a todas as ambições, tem, de sobra, com que fartar dois ou três dos mais formidáveis."

Os Estados Unidos tiveram a inteligência e o patriotismo de adotar os conselhos de George Washington. Será que não valerá nada, para o Brasil, a lição de Rui Barbosa?